

PROVIMENTO Nº 39/2015

(Texto consolidado conforme Provimentos nº 047/2015, nº 053/2015, nº 007/2016, Ato Normativo nº 044/2019, Ato Normativo nº 065/2019 e Ato Normativo nº 170/2021)

Disciplina a execução de diligências de interesse do Ministério Público do Estado do Ceará e estabelece critérios para a concessão da gratificação de que trata o art. 34, inciso I da Lei Estadual nº 14.043, de 2007.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições Legais e Constitucionais, na forma do art. 127, § 2º da Constituição Federal c/c o art. 10, inciso V, da Lei Federal nº 8.625 de 1993, e as disposições contidas no art. 26, XVIII, da Lei Complementar nº 75 1993, c/c ainda o art. 26, incisos V e XIII, da Lei Complementar Estadual nº 72 de 2008, Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Ceará;

CONSIDERANDO que as atividades de cumprimento de diligência foram inseridas nas atribuições do cargo de Técnico Ministerial, conforme Anexo IV da Lei Estadual nº 14.043, de 21 de dezembro de 2007;

CONSIDERANDO a necessidade de se regulamentar o cumprimento das atividades de diligências no âmbito do Ministério Público do Estado do Ceará;

CONSIDERANDO que o art. 34, inciso I da Lei Estadual nº 14.043 de 2007 institui o gratificação aos técnicos ministeriais designados para a execução de diligências, como forma de compensação pelas despesas efetuadas com transporte;

CONSIDERANDO a natureza indenizatória da gratificação prevista no art. 34, inciso I da Lei Estadual nº 14.043 de 2007;

CONSIDERANDO o que foi decidido no Processo Administrativo nº 18051/2014-2;

CONSIDERANDO as recomendações formuladas pela Assessoria de Controle e Auditoria Interna, em razão de auditoria realizada nas comarcas de Juazeiro do Norte e

Barbalha acerca do pagamento da gratificação a que alude o art. 34, inciso I da Lei Estadual nº 14.043/2007, presentes no Processo Administrativo nº 27669/2015-7;

CONSIDERANDO o que informa o Processo Administrativo nº 40764/2014-2;

RESOLVE editar o seguinte Provimento:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este provimento regula a execução de diligências previstas nas atribuições do cargo de Técnico Ministerial, estabelecidas no Anexo IV da Lei Estadual nº 14.043, de 2007, e a concessão da gratificação a que alude o art. 34, inciso I da lei citada.

Art. 2º A execução de diligências compreende:

Art. 2º A execução de diligências compreende, quando não for possível realizar por meio mais conveniente (Caput com redação dada pelo Provimento nº 007/2016):

I – executar intimações e notificações necessárias ao regular andamento dos processos e procedimentos administrativos de atribuição do Ministério Público, lavrando as certidões correspondentes;

II – executar diligências visando à constatação de fatos, localização de pessoas ou bens, obtenção de elementos de prova, apreensão de objetos ou documentos necessários a subsidiar processo ou procedimento administrativo de atribuição do Ministério Público;

III – acompanhar o membro do Ministério Público na execução de qualquer vistoria, fiscalização ou inspeção;

IV – executar a condução coercitiva de pessoas, quando determinada por membro competente do Ministério Público, com ou sem apoio da Polícia Militar ou Polícia Judiciária e

V – executar outras atividades semelhantes às acima descritas.

~~VI – o transporte de autos de processos judiciais e de inquéritos policiais, obedecidas as condições do Art. 3º deste provimento. (Inciso inserido pelo Provimento nº 47/2015). (Inciso revogado pelo Provimento nº 007/2016).~~

~~**Art. 3º** Para os fins deste provimento, não se considera execução de diligência o mero transporte de autos ou de documentos entre órgãos do Ministério Público, ou entre este e quaisquer outras entidades~~

públicas ou privadas.

Art. 3º Para os fins deste provimento, não se considera execução de diligência:

I — o mero transporte de autos ou de documentos entre órgãos do Ministério Público e

II — o transporte de autos de processos judiciais e de inquéritos policiais, quando a sede do Ministério Público e do outro órgão interessado no feito forem no mesmo imóvel. (Redação dada pelo Provimento nº 47/2015). (Incisos revogados pelo Provimento nº 007/2016).

Art. 3º Para os fins deste provimento, não se considera execução de diligência o mero transporte de autos ou de documentos. (Redação dada pelo Provimento nº 007/2016).

Art. 3º A A execução de diligências compete ao servidor, previamente designado por ato do Procurador Geral de Justiça, na forma do art. 4º, lotado no órgão que expediu a ‘Ordem de Diligência’, salvo quando o órgão estiver vinculado a Secretaria Executiva, caso em que a execução da diligência caberá ao(s) servidor(es), previamente designados, lotado(s) na Secretaria Executiva.

Art. 3º-A A execução de diligência compete ao servidor previamente designado por ato do Procurador-Geral de Justiça, na forma dos artigos 4º e 4º-B, lotado no órgão que expediu a ordem de diligência, na Secretaria-Executiva a qual está vinculado ou em órgão de comarca contígua ou integrante da mesma unidade regional. (Redação dada pelo Ato Normativo nº 044/2019)

Parágrafo único. No caso de atribuição da Secretaria Executiva, havendo mais de um servidor designado para a tarefa, as Ordens de Diligências serão distribuídas de forma equitativa entre eles, conforme critério definido pelo Secretário Executivo. (Artigo inserido pelo Provimento nº 53/2015).

Parágrafo único. No caso de atribuição da Secretaria Executiva, havendo mais de um servidor designado para a tarefa, as Ordens de Diligências serão distribuídas de forma equitativa entre eles, conforme critério definido pelo Secretário Executivo, observados os princípios do artigo 37 da Constituição Federal. (redação dada pelo Ato Normativo nº 170/2021)

CAPÍTULO II

DA DESIGNAÇÃO DO SERVIDOR

Art. 4º O Procurador Geral de Justiça poderá designar, por meio de portaria, servidor efetivo, dentre os ocupantes da carreira de Técnico Ministerial, para exercer as atividades de diligências de interesse do órgão do Ministério Público do Estado do Ceará em que o servidor se encontra lotado.

§1º Nos órgãos onde houver mais de um servidor apto, a designação será feita com validade de um

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

ano e em sistema de rodízio, recaindo sobre apenas um servidor do órgão por vez, cumprindo a esse executar as diligências com ou sem prejuízo das demais atribuições do cargo.

§2º Na hipótese do §1º, a seqüência das designações atenderá ao critério da antiguidade.

§3º O prazo previsto no §1º poderá exceder um ano quando:

I—houver apenas um servidor apto a executar as diligências lotado na comarca ou no órgão;

II—havendo mais de um servidor apto a executar as diligências, apenas um demonstre interesse na realização da atribuição, com expressa renúncia dos demais.

§4º Nos casos previstos no §3º, o prazo de designação da execução de diligências será renovado automática e anualmente por meio da publicação de nova portaria do Procurador Geral de Justiça.

§5º O prazo a que alude o §1º deste artigo é inflexível, não podendo a designação de técnico ministerial para a execução de diligências ter validade por prazo inferior a um ano, salvo nos casos previstos no §6º.

§6º Durante as férias ou o afastamento do servidor designado na forma deste artigo, poderá ser designado, de forma concomitante, outro servidor, pelo prazo em que durar o afastamento do primeiro, desde que comprovada a necessidade do serviço e atendidas as seguintes condições:

I—o afastamento do servidor previamente designado seja por período de tempo igual ou superior a quinze dias e

II—não haja, na comarca, outro servidor já designado para o exercício de diligências, ainda que lotado em outro órgão, apto a suprir a ausência. (Redação dada pelo Provimento nº 53/2015).

~~Art. 4º O Procurador-Geral de Justiça poderá designar, por meio de portaria, servidor efetivo, dentre os ocupantes da carreira de Técnico Ministerial, para exercer as atividades de diligências de interesse dos órgãos do Ministério Público na comarca em que se encontra lotado o servidor.~~

Art. 4º O Procurador-Geral de Justiça poderá designar, por meio de portaria, servidor ocupante do cargo de Técnico Ministerial para exercer as atividades de diligências de interesse dos órgãos do Ministério Público na comarca em que se encontra lotado e, excepcionalmente, em comarca contígua ou integrante da mesma unidade regional. (NR)
(Redação dada pelo Ato Normativo nº 044/2019)

§ 1º Nas comarcas:

I - onde houver apenas um servidor apto, o ato de designação para o exercício de diligências terá validade indeterminada;

II - onde houver mais de um servidor apto, a designação será feita com validade de um ano e em sistema de rodízio, recaindo sobre tantos servidores quanto indicado no §2º, cumprindo a esse(s) executar as diligências sem prejuízo das demais atribuições do cargo.

§ 2º Havendo comprovada necessidade, diante da quantidade de serviço, o Procurador-Geral de Justiça poderá designar mais de um servidor para o exercício de

diligências na comarca, atendidos os seguintes limites:

I – nas comarcas com até 4 (quatro) promotorias de justiça: apenas um servidor designado;

II – nas comarcas com mais de 4 (quatro) e até 8 (oito) promotorias de justiça: até dois servidores designados;

III – nas comarcas com mais de 8 (oito) e até 12 (doze) promotorias de justiça: até três servidores designados;

IV – nas comarcas com mais de 12 (doze) promotorias de justiça: até quatro servidores designados, e

V – na comarca de Fortaleza: tantos servidores quanto se fizerem necessário, de acordo com decisão do Procurador-Geral de Justiça.

§ 3º Na hipótese do §1º, inciso II, a sequência das designações atenderá ao critério da antiguidade na comarca e, em caso de empate, aplicar-se-ão os seguintes critérios sucessivos:

I – o servidor mais antigo na carreira;

II – o servidor mais antigo no serviço público;

III – o servidor de maior idade.

§ 4º Em até 60 (sessenta) dias antes do fim do prazo de que trata o §1º, inciso II, a chefia imediata deverá protocolar pedido de designação de servidor para a execução de diligências. Se protocolado dentro do prazo referido, a designação prévia terá sua validade estendida até nova designação; se fora do prazo estipulado, o pedido será recebido como novo pedido de designação, encerrando-se, para todos os efeitos, a validade da designação prévia na data prevista.

§ 5º O prazo a que alude o §1º, inciso II deste artigo é inflexível, não podendo a designação de Técnico Ministerial para a execução de diligências ter validade por período de tempo inferior a um ano, salvo:

I - nos casos previstos no §6º e

II – em razão de interesse público superveniente à designação.

§ 6º Durante as férias ou o afastamento do servidor designado na forma deste artigo, poderá ser designado, excepcionalmente e de forma concomitante, outro servidor, pelo prazo em que durar o afastamento do primeiro, desde que comprovada a necessidade do

serviço e atendidas as seguintes condições:

I – o afastamento do servidor previamente designado seja por período igual ou superior a quinze dias e

II – não haja, na comarca, outro servidor já designado para o exercício de diligências apto a suprir a ausência.

§ 7º A designação de servidor para a execução de diligências é ato constitutivo, somente surtindo qualquer de seus efeitos a partir da data de sua publicação, vedada qualquer eficácia retroativa.

§ 8º A chefia imediata do servidor designado para o cumprimento de diligências deverá comunicar à Secretaria de Recursos Humanos qualquer mudança na situação que possa acarretar a revogação da designação para o cumprimento de diligências. (Redação dada pelo Provimento nº 53/2015).

§ 9º Os servidores lotados na Secretaria Executiva e designados para executar diligências deverão comunicar ao Secretário-Executivo os afastamentos por motivo de férias, gozo de folgas e outras licenças, com antecedência de, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas. (incluído pelo Ato Normativo nº 170/2021)

Art. 4º-A O servidor designado para a execução de diligências será formalmente lotado, sem prejuízo de sua lotação originária, na Secretaria Executiva da comarca, quando esta houver, cabendo-lhe cumprir as diligências oriundas de todos os órgãos vinculados àquela Secretaria Executiva.

~~**Parágrafo único.** A cumulação de lotações a que se refere o *caput* deste artigo dará ensejo ao pagamento da gratificação de que trata o Provimento nº 41 de 2015. (Artigo inserido pelo Provimento nº 53/2015).~~

Parágrafo único. A cumulação de lotação a que se refere o *caput* deste artigo não dará ensejo ao pagamento da gratificação de que trata o Provimento nº 41 de 2015. (Redação do parágrafo único dada pelo Provimento nº 007/2016).

~~**Art. 4º-B** Excepcionalmente e quando a comarca não contar com nenhum servidor ocupante do cargo de Técnico Ministerial, servidor lotado em comarca contígua ou integrante da mesma unidade regional poderá ser designado, por portaria específica, para cumprimento de diligências. (Inserido pelo Ato Normativo nº 044/2019)~~

Art. 4º-B Excepcionalmente, e quando a comarca não contar com nenhum servidor ocupante do cargo de Técnico Ministerial, servidor lotado em comarca contígua poderá ser designado, por portaria específica, para cumprimento de diligências. (redação dada pelo Ato Normativo nº 65/2019)

§ 1º A designação de que trata este artigo recairá, preferencialmente, sobre o servidor que já estiver designado para cumprimento de diligências na comarca de lotação.

§ 2º Não sendo possível a observância do § 1º, a designação de que trata este artigo seguirá, no que couber, as regras do art. 4º.

~~§ 3º O servidor designado para cumprimento de diligências de comarca contígua ou integrante da mesma unidade regional fará jus ao recebimento da gratificação de que trata o art. 34, inciso I da Lei Estadual nº 14.043/2007 e ao pagamento de diárias, na forma disciplinada na Resolução nº 08/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça.~~

§ 3º O servidor designado para cumprimento de diligências em comarca contígua fará jus à gratificação de que trata o art. 34, inciso I da Lei Estadual nº 14.043/2007, observado o limite previsto no art. 14 §3º, e ao pagamento de diárias, na forma disciplinada em resolução do Colégio de Procuradores de Justiça. (redação dada pelo Ato Normativo nº 65/2019)

CAPÍTULO III

DA EXPEDIÇÃO DA ORDEM DE DILIGÊNCIA

Art. 5º Sempre que o órgão de execução do Ministério Público necessitar que seja realizada determinada diligência em procedimento afeto à área de sua atribuição, quando não for possível realizá-la por meio mais conveniente, deverá fazê-lo mediante a expedição, nos respectivos autos, da competente "ORDEM DE DILIGÊNCIA", conforme modelo anexo, a ser cumprida pelo Técnico Ministerial previamente designado para o desempenho de tal mister.

§ 1º A ordem de diligência a que se refere o *caput* desse artigo deverá ser expedida em tantas vias quantas necessárias, devendo uma permanecer nos autos, outra ficar sob a responsabilidade do servidor que a cumprirá e outra ser entregue a cada um dos destinatários da ordem.

§ 2º Nenhuma diligência será realizada sem a prévia expedição da ordem de

diligência referida no *caput* deste artigo.

§ 3º Excepcionalmente, poderão ser expedidas ordens de diligência fora das situações relacionadas no *caput* deste artigo, com o fim de colher elementos para a instauração de procedimentos investigatórios cíveis ou penais no âmbito do Ministério Público ou para a requisição de investigação policial.

Art. 6º São requisitos mínimos da ordem de diligência as seguintes informações:

I - o órgão de execução que a expediu e o número do respectivo procedimento;

II - o nome do membro do Ministério Público que a subscreveu;

~~III - o nome do servidor que deverá executar o ato;~~ (Inciso revogado pelo Provimento nº 53/2015).

IV - a natureza da ordem;

V - o conteúdo do ato a ser executado, bem como orientações ou recomendações para seu cumprimento;

VI - o caráter sigiloso ou não do ato;

VII - o prazo de cumprimento;

VIII - a informação sobre a necessidade ou não de requisição de força policial para o seu cumprimento;

IX - a informação, fornecida pelo setor competente pela gestão dos veículos oficiais na comarca, acerca da disponibilidade ou não de veículo oficial e

X - o local, a data e a assinatura do membro do Ministério Público responsável.

§ 1º O conteúdo do ato compreende o objeto da diligência, com as especificações necessárias.

~~§ 2º O prazo de cumprimento será fixado, sempre que possível, em comum acordo com o servidor designado, devendo ser suficiente para o fiel cumprimento da ordem e respeitar eventual previsão legal.~~

§ 2º O prazo de cumprimento será fixado, sempre que possível, em comum acordo com o servidor designado, devendo considerar a existência ou não de urgência, ser suficiente para o fiel cumprimento da ordem e respeitar eventual previsão legal. (redação dada pelo Ato Normativo nº 170/2021)

§ 3º Caso o prazo não seja fixado nos termos do parágrafo anterior, o prazo de cumprimento será automaticamente fixado em 10 (dez) dias, contados a partir do dia útil seguinte à data de expedição da ordem de diligência. (incluído pelo Ato Normativo nº

170/2021)

§ 4º Sempre que houver risco pessoal incomum e previsível ao servidor, deverá constar na ordem de diligência a necessidade de acompanhamento de força policial, devendo o membro do Ministério Público responsável requisitar a sua participação. (renumerado pelo Ato Normativo nº 170/2021)

§ 5º O membro do Ministério Público que expedir a ordem fará constar nessa as orientações e as recomendações destinadas a assegurar os interesses da investigação e a preservar as garantias fundamentais das pessoas nelas envolvidas. (renumerado pelo Ato Normativo nº 170/2021)

Art. 7º A ordem de diligência poderá ter natureza notificatória, requisitória, de condução coercitiva ou de constatação.

§ 1º A ordem de diligência terá natureza notificatória quando destinada a cientificar determinada pessoa, física ou jurídica, a comparecer a determinado ato a ser realizado no procedimento que lhe deu origem.

§ 2º A ordem de diligência terá natureza requisitória quando destinada a obter, no prazo estabelecido, informações, documentos, perícias ou quaisquer outros meios de provas destinados a instruir o procedimento que lhe deu origem.

§ 3º A ordem de diligência será de condução coercitiva quando, notificada determinada pessoa a prestar depoimento ou esclarecimento, essa não comparecer injustificadamente ao ato.

~~§ 4º A diligência do §3º terá caráter excepcional e somente poderá ser realizada com o concurso das Polícias Civil ou Militar, mediante prévia requisição do membro do Ministério Público responsável, conforme o preceituado no art. 26, inciso I, alínea "a", da Lei Federal nº 8.625, de 1993.~~

§ 4º A diligência do §3º terá caráter excepcional e somente poderá ser realizada com o concurso das Polícias Civil ou Militar se este houver sido previamente requisitado pelo membro do Ministério Público que ordenou a diligência, conforme preceituado no art. 26, inciso I, alínea "a" da Lei Federal nº 8.625 de 1993. (Redação do §4º dada pelo Provimento nº 53/2015).

§ 5º A ordem de diligência terá natureza de constatação quando destinada ao levantamento de dados, situações ou peculiaridades que interessem ao procedimento, cuja

obtenção deverá ser efetuada diretamente pelo servidor designado.

§ 6º A ordem de diligência terá outra natureza quando não compreendida entre aquelas relacionadas no *caput* deste artigo, devendo ser especificada pelo membro do Ministério Público responsável.

CAPÍTULO IV

DO PLANEJAMENTO E DA EXECUÇÃO DA ORDEM

~~Art. 8º Recebida a ordem de diligência, o servidor designado para sua execução deverá planejar a estratégia de execução, recorrendo, se necessário, ao membro do Ministério Público responsável.~~

Art. 8º Recebida a ordem de diligência, o servidor designado para sua execução deverá planejar sua execução, em comum acordo com a chefia imediata e o expedidor da ordem. (NR). (Redação dada pelo Ato Normativo nº 044/2019)

~~§ 1º No planejamento para a execução da ordem de diligência, o servidor deverá observar, prioritariamente, o prazo e a forma de cumprimento estabelecidos.~~

§ 1º No planejamento para a execução da ordem de diligência, serão observados, prioritariamente, o prazo, a forma de cumprimento estabelecida e eventuais prejuízos para a continuidade dos serviços no órgão de lotação do servidor. (NR) (Redação dada pelo Ato Normativo nº 044/2019)

§ 2º Nas hipóteses em que a diligência tiver caráter sigiloso, o servidor designado para sua execução zelarà a fim de evitar que pessoas estranhas tomem conhecimento do ato, salvo aquelas necessárias para sua efetivação.

§ 3º Nas comarcas em que houver veículo oficial, as diligências deverão ser cumpridas, obrigatoriamente, com o auxílio desse veículo, salvo:

I – se manifestamente impossível a utilização do veículo oficial, em razão das condições de acesso ao local onde deva ser cumprida a diligência, ou

II – se, indisponível o veículo oficial, for a diligência de caráter inadiável. (Parágrafo inserido pelo Provimento nº 53/2015).

§ 4º Nos casos dos incisos I e II do §3º deste artigo, as informações deverão constar na certidão de que trata o art. 10, acompanhadas das comprovações que se fizerem necessárias em cada caso. (Parágrafo inserido pelo Provimento nº 53/2015).

§ 5º Nas comarcas em que houver veículo oficial, este deverá ser prioritariamente

utilizado para o cumprimento de diligências. (Parágrafo inserido pelo Provimento nº 53/2015).

§ 6º Nos casos em que o servidor for designado na forma do art. 4º-B, a ordem de diligência será encaminhada diretamente ao órgão de lotação do servidor, preferencialmente por meio eletrônico. (Inserido pelo Ato Normativo nº 044/2019)

§ 7º Nos casos de designação na forma do art. 4º-B, o cumprimento de diligências fora da comarca em que está lotado o servidor fica limitado a até 4 (quatro) dias no mês e não mais que uma na mesma semana. (Inserido pelo Ato Normativo nº 044/2019)

Art. 9º A execução da ordem de diligência deverá ser executada com estrita observância ao que dispõe a legislação em vigor, devendo o servidor responsável, no momento da sua efetivação, estar munido da respectiva ordem e identificar-se previamente, mencionando o nome, o cargo que ocupa e a procedência da ordem.

§ 1º A identificação a que se refere o *caput* não exclui a necessidade de apresentar identidade funcional fornecida pelo Ministério Público.

§ 2º Cientificado o destinatário acerca do objeto da ordem, ser-lhe-á entregue uma das cópias, colhendo-se o seu “ciente” no verso da via que permanecer sob poder do servidor designado.

§ 3º Havendo recusa do recebimento ou da oposição do “ciente” por parte do(s) destinatário(s) da ordem, o servidor designado fará constar o fato na certidão de cumprimento da ordem de diligência de que trata o art. 10.

Art. 10 Cumprida a diligência, deverá o servidor designado providenciar a devolução da ordem no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, fazendo constar, em seu verso, certidão minuciosa do ato, a qual deverá descrever todas condutas praticadas e as eventuais dificuldades enfrentadas na execução da tarefa.

Art. 11 Não sendo possível o cumprimento da diligência, o servidor providenciará a devolução da ordem no mesmo prazo estabelecido no artigo anterior, certificando as razões do seu não cumprimento.

Parágrafo único. Verificado o não cumprimento da ordem sem a devida justificativa ou sendo esta insuficiente, o membro do Ministério Público responsável oficializará

ao Núcleo de Processos Administrativos e Procedimentos Disciplinares – NUPAD, a fim de apurar eventual responsabilidade administrativa.

Art. 12 Em qualquer das situações previstas nos art. 10 e art. 11, o servidor deverá manter, em arquivo próprio, uma via da ordem de diligência com a respectiva certidão, em sequência cronológica de cumprimento.

CAPÍTULO V

DOS ASPECTOS ADMINISTRATIVOS

Art. 13 Cada ordem de diligência será identificada por um número seqüencial, estabelecido anualmente pelo órgão de execução responsável.

CAPÍTULO VI

DA GRATIFICAÇÃO

Art. 14 Aos servidores designados para execução de diligências, na forma do art. 4º, será concedida, a título indenizatório, gratificação correspondente a 20% (vinte por cento) do vencimento inicial do cargo, nos termos do art. 34, inciso I da Lei Estadual nº 14.043 e deste provimento.

§ 1º No caso de afastamento do servidor previamente designado para o exercício de diligências, ocorrendo a designação concomitante de outro servidor, o servidor afastado fará jus ao recebimento da gratificação na proporção dos dias em que estiver no efetivo exercício naquele mês.

§ 2º Ao servidor designado na forma do art. 4º, §6º, ser-lhe-á devida a gratificação de que trata este artigo na proporção dos dias em que se deu a designação.

§ 3º Não será possível a concessão de mais de duas gratificações de que trata o caput deste artigo ao servidor que tenha sido designado na forma do art. 4º-B. [\(incluído pelo Ato Normativo nº 65/2019\)](#)

Art. 15 A gratificação de que trata o art. 14 será concedida somente quando

atendidos os seguintes requisitos cumulativos:

~~I – ser o servidor previamente designado, por portaria do Procurador-Geral de Justiça, para executar as diligências decorrentes da necessidade do órgão em que se encontra lotado;~~

I – ser o servidor previamente designado, por portaria do Procurador-Geral de Justiça, para executar as diligências de interesse dos órgãos da comarca em que se encontra lotado; (Redação dada pelo Provimento nº 53/2015).

II – estar o servidor no efetivo exercício de suas atividades e

III – não haver veículo oficial disponível para realização das diligências.

Art. 16 A gratificação para execução de diligências:

I – tem natureza indenizatória;

II – não se incorpora à remuneração para quaisquer efeitos;

III – não configura rendimento tributável nem constitui base de incidência de contribuições previdenciárias;

IV – não incidirá sobre o 13º salário nem sobre o adicional de férias e

V – não poderá ser cumulada com outra gratificação da mesma espécie.

Art. 17 É vedado ao servidor designado para execução de diligências:

I – a cobrança das despesas de condução diretamente das partes envolvidas na diligência, ou de seus procuradores e

II – a contratação ou a intermediação de transporte das ordens de diligência.

~~**Art. 18** Deferida a gratificação para execução de diligências, seu crédito em folha de pagamento ficará condicionado à apresentação de relatório mensal comprobatório das diligências efetivamente realizadas sem apoio de veículo oficial, que deverá conter, no mínimo:~~

Art. 18 Deferida a gratificação para a execução de diligências, seu crédito em folha de pagamento ficará condicionado a requerimento do servidor, o qual deve vir acompanhado de relatório mensal comprobatório das diligências efetivamente realizadas, conforme modelo do Anexo I deste provimento, devendo conter, no mínimo: (Redação dada pelo Provimento nº 53/2015).

I – o número de cada ordem de diligência;

II – a natureza de cada diligência realizada, de acordo com o art. 7º deste

provimento;

III – o resumo das condutas adotadas para a realização de cada diligência e

IV – o número do processo ou do procedimento em que se originou cada diligência realizada.

§ 1º O relatório de que trata o *caput* deste artigo deverá ser enviado à Secretaria de Recursos Humanos até o quinto dia útil do mês subsequente àquele em que se executaram as diligências.

~~§2º. Anexo ao relatório, o servidor deverá enviar declaração, com aceite da chefia imediata, de que a comarca ou o órgão de sua lotação não dispõe de veículo oficial, ou, caso este exista, de que não estava disponível no dia e no momento de execução da diligência inadiável.~~

§2º Anexo ao relatório, o servidor deverá enviar declaração da chefia imediata de que a comarca não dispõe de veículo oficial, ou, caso este exista, de que não estava disponível no momento do cumprimento de diligência de caráter inadiável. A declaração será acompanhada de cópia dos documentos de que trata o art. 8º, §4º deste provimento. *(Redação dada pelo Provimento nº 53/2015).*

§ 3º O não envio do relatório ou da declaração na forma e no prazo estabelecidos implicará o não pagamento da gratificação referente ao mês, sem prejuízo de eventual pagamento retroativo, uma vez apresentados os citados documentos.

§ 4º Ainda que já deferida, a gratificação não será paga no mês em que, segundo relatório apresentado, não tiverem sido realizadas quaisquer diligências, ou em que todas as diligências realizadas tenham contado com o apoio de veículo oficial do Ministério Público.

§ 5º As disposições deste artigo são igualmente aplicáveis ao servidor designado de acordo com o art. 4º, §6º deste provimento.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 19 Revogam-se o Provimento nº 22 de 27 de fevereiro de 2008 e o Provimento nº 183 de 20 de dezembro de 2011.

Art. 20 Este provimento entra em vigor 60 (sessenta dias) após sua publicação.



MPCE
Ministério Público
do Estado do Ceará

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Procurador-Geral Justiça do Estado do Ceará,

Fortaleza, 17 de agosto de 2015.

ALFREDO RICARDO DE HOLANDA CAVALCANTE MACHADO

Procurador-Geral de Justiça

Provimento nº 39/2015 publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 19 de agosto de 2015.

Provimento nº 47/2015 publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 28 de outubro de 2015.

Provimento nº 53/2015 publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 18 de dezembro de 2015.

Provimento nº 007/2016 publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 14 de janeiro de 2016.



PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

ANEXO I

MODELO DE ORDEM DE DILIGÊNCIA

(papel: A4 / margens: 3x2 (vertical) e 3x2 (horizontal) / timbre: padrão PGJ / fonte: times new roman / tamanho: 12 / preencher por meio eletrônico / espaço entre campos: 01 linha / espaço entre linhas: simples / utilizar anverso e verso)

(anverso)

ORDEM DE DILIGÊNCIA Nº ____/____

ÓRGÃO DE EXECUÇÃO:

MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO RESPONSÁVEL:

NÚMERO DO PROCEDIMENTO:

SERVIDOR RESPONSÁVEL PELA DILIGÊNCIA:

NATUREZA DA DILIGÊNCIA: () Notificatória () Requisitória () Condução coercitiva
() Constatação () Outra: _____

CONTEÚDO DO ATO A SER EXECUTADO:

--

CARÁTER DA DILIGÊNCIA: () Sigiloso () Não sigiloso

PRAZO DE CUMPRIMENTO:

NECESSIDADE DE FORÇA POLICIAL: () Sim () Não

DISPONIBILIDADE DE VEÍCULO OFICIAL: () Sim () Não, conforme informado por
_____(servidor responsável)_____, lotado no _____(órgão de lotação do servidor)_____.



MPCE
Ministério Público
do Estado do Ceará

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

(verso)

ORIENTAÇÕES E/OU RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

_____, __ de _____ de _____.

(Local e data)

(Assinatura do membro do Ministério Público requisitante)

CERTIDÃO

_____, __ de _____ de _____.

(Local e data)

(Assinatura do servidor do Ministério Público responsável)

